

Dia da Galiza Combatente - 2020

Neste ano atípico, em que as limitações impostas polo estado de alarme impedírom sacar fora das prisons os habituais comunicados polo 17 de abril (Dia Internacional de Apoio às Presas e Presos Políticos) e o Dia da Pátria Galega, queremos aproveitar este Dia da Galiza Combatente para fazer chegar ao noso povo e ao noso movemento algunhas reflexons sobre o momento actual:

1. Após longos anos de luta nas cadeias e na rua, e graças à gestom de significados agentes políticos e sociais galegos em favor dos direitos civis, o governo espanhol pujo fim à política de dispersom das e dos presos independentistas galegos, e hoje todos nos encontramos já na Terra (ainda que divididos entre as prisons de Teixeira e A Lama). O reconhecimento por parte do governo de Pedro Sánchez deste direito fundamental fai-no dar um passo na direcção da democracia, mas continua a ser insuficiente. As e os presos políticos ainda somos objecto dumha política penitenciária desenhadas para a puniçom e a rendiçom do inimigo. Por isso, apesar da fim da dispersom, do CPIG reafirmamo-nos no nosso compromisso militante dentro das cadeias, oponhendo-nos à principal estratégia que Espanha utiliza para conseguir a docilidade de quem ousou fazer-lhe frente: as saídas individualistas e a renúncia às nossas conviçoms políticas. Nom só somos militantes independentistas presos e presas, senom que dentro das prisons continuamos a militar colectivamente polo reconhecimento da nossa condiçom de presos e presas políticas, e contra a legalidade carcerária que nos castiga dia trás após dia. Animamos-vos a que, dia após dia, tampouco vós desfaleçais nesta luta anti-repressiva que dura já 15 anos. Neste sentido, reforçamos o nosso chamado a concentrar-se mensalmente, nas últimas sextas feiras de cada mês, reclamando a liberdade dos presos e presas independentistas, assim como a encher as ruas da Galiza, de murais, pintadas, faixas, cartazes...que deixem patente que o noso povo tem ainda filhas e filhos presos por lutarem pola sobrevivência do país.

Queremos-vos chamar, também, a estardes alerta, denunciardes e impedirdes que as medidas tomadas no contexto da emergência sanitária sirvam para atacar ainda mais os direitos das e dos prisioneiros, como de facto está a acontecer. Durante a aplicaçom do estado de alarme, Espanha esqueceu que -com base na sua própria lei- o sistema penitenciário nom se compom só de celas e muros, mas também de relaçoms sociais e actividades de tratamento. Nom podemos consentir que o governo progressista se encha a boca falando de que o cárcere tem por finalidade a reinserçom social, quando ante umha crise o que se priorizam claramente som as medidas de puniçom. Se Espanha nom é quem de garantir nas suas prisons a atençom sanitária, as comunicaçoms regulares dos presos e presas com as nossas famílias, as actividades educativas e desportivas...entom deve implementar imediatamente medidas alternativas ao encarceramento.

2. Atravessamos tempos sombrios, e nada agoura que os vindouros vaiam ser melhores. Seguindo a conhecida 'doutrina do shock', os estados estão a aproveitar o medo à pandemia para implementar dinámicas de disciplina e controlo social extremo. Que ninguém se engane: como

todas as aprovadas em crises económicas, sociais ou militares precedentes, estas medidas estão chamadas a permanecer umha vez a Covid deixe de ser um problema. As capacidades governamentais de excepção, o ambiente de medo e desconfiança sociais, a extensão das tecnologias e hábitos para o controlo digital, a administração estatal dos movimentos e contactos da cidadania...nom se impõem apenas para gerir a crise do covid, mas todas as crises vindouras que é possível enxergar já (económica, social, ambiental...)

A urgência e sensacionalismo nas notícias sobre a evolução da situação sanitária (ou sobre o circo político que a acompanha) nom devesse impedir umha reflexão serena e profunda sobre o que esta crise põe a nu, e sobre como Espanha quer encaminhá-la. Por exemplo: se a gravidade da crise climática nom acordara ainda todas as consciências, a situação permite ver preto sobre branco o carácter suicida de basear a economia dum país na globalização e no turismo. Desde primeiros deste século, a acção política e a resistência armada do independentismo galego insistiu neste aspecto, que hoje se torna evidente: Espanha destruiu umha Galiza que produzia o fundamental para a vida do seu povo, com o objectivo de convertê-la num produto turístico para vender em Madrid. A crise económica e social à que nos enfrentamos, portanto, tem as suas raízes em projectos estratégicos que, enquanto se levavam a cabo, apenas fóram repostados energeticamente por uns poucos. É importante que a excepcionalidade do momento nom nos impida pensar a longo prazo, e que os sectores políticos e sociais que defendemos a Galiza repostemos à crise com um projecto estratégico de nação livre, digna e sustentável, frente os planos espanhóis de fazer mais dependente a nossa economia, mais precária a nossa vida, e mais intenso o controlo social sobre a nossa cidadania.

3. Se os tempos que se alvismam vam ser de luta, ham-no ser também de repressão. Espanha prepara-se para isso. Coincidindo com o período mais pacífico da sua história, o que pretende ser o 'governo mais progressista desde a II República' mantém um código penal mais duro que o do franquismo, nomeadamente no que diz respeito aos delitos ligados à luta política e social. O estado nom dá um passo atrás no seu empoderamento frente a cidadania e, desde há 45 anos, cada geração de galegas e galegos e menos livre do que a anterior.

Nesta linha, o nosso país assistirá nos próximos meses ao juízo político contra 12 militantes das organizações independentistas Ceivar e Causa Galiza. em que a fiscalia solicita umha soma de 102 anos de prisão e a ilegalização de ambas as entidades. Os delitos dos que som acusados consistem na celebração de actos políticos e na solidariedade anti-repressiva; o processo é tanto umha agressão intolerável aos direitos civis das galegas e galegos, quanto umha nova manifestação dos alicerces fascistas sobre os que está construído o Estado espanhol. Mas nom nos interessamos tanto agora com ressaltar o carácter dum estado erigido à imagem e semelhança dum rei cujo lugar preferido do mundo som as ditaduras do Golfo Pérsico, quanto pôr de manifesto as suas intenções: querem fumigar com ervicida os movimentos sociais galegos, arrasar com qualquer pequeno abrolho de resistência organizada, para que o nosso povo nom tenha memória nem ferramentas com as que opor-se aos seus planos presentes e futuros.

Viremos as tornas: que o juízo das operações 'Jaro' sirva para organizar, intensificar e mobilizar a solidariedade e a indignação dum povo que nom se resigna a ficar sem ferramentas com as que continuar defendendo a sua terra, o seu futuro e a sua dignidade nacional.

4. Não é acidental que emitamos este comunicado pelo Dia da Galiza Combatente. A sua celebração é um dos motivos alegados pela fiscalia para perseguir e punir os detidos e detidas nas operações 'Jaro'. A sua celebração -por outras palavras- é umha reivindicação da dignidade e o heroísmo que ao longo da história tem agromado no seio do nosso povo, e por isso é intolerável para Espanha.

Algum desses gromos de dignidade rebelde foi protagonizado por homens e mulheres tam humildes, boas e generosas, que o seu exemplo alumará sempre os caminhos da Galiza resistente. É o caso do guerrilheiro José Manuel Samartim Bouça, 'Martinho', de cujo passamento cumpriram-se neste outono dez anos. Os seus irmaos e irmãs de armas, de cativério e/ou de pátria, recordamo-lo com orgulho e com carinho, convencidos de que exemplos pessoais e vitais como o seu som a melhor ferramenta de que dispom o nosso povo para enfrentar qualquer adversidade.

Adiante a solidariedade. Derrotemos o medo.

Viva Galiza ceive

Denantes mortos que escravas